

TOPONÍMIA, SIMBOLISMO E PODER: ESTUDO DO NOME DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

TOPONYMY, SYMBOLISM AND POWER: STUDY OF THE NAMES OF CITIES IN THE NORTH OF RIO GRANDE DO SUL

Yuri Potrich Zanatta

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mestrando em Geografia (PPGGeo/UFFS), Brasil

yuripotrichzanatta@hotmail.com

Nicolas Cortes Granville

Geógrafo pela Universidade de Passo Fundo (UPF), mestrando em Geografia (PPGGeo/UFFS), Brasil

nq.granville@gmail.com

Fernando Rosseto Gallego Campos

Geógrafo pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGGeo/UFFS), Brasil

fernando.campos@uffs.edu.br

Recebido: 24/09/2021

Aceito: 03/03/2022

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar diferentes dimensões das toponímias dos 130 municípios do norte do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, ele se caracteriza como de toponímia extensiva, pelo escopo e pelas técnicas (geoprocessamento e cartografia), mas também realiza discussões qualitativas. Os topônimos foram classificados por origem: política (44); natural/geográfica (38); indígena (19); religiosa (15) e cultural/econômica (14). Esta classificação foi relacionada a aspectos espaciais, históricos, políticos, culturais, econômicos e simbólicos a partir de discussão qualitativa. Finalmente, verificaram-se padrões da distribuição destes topônimos: espacialmente, estão bem distribuídos, apesar de algumas tendências específicas; historicamente, é possível verificar que a atribuição destes topônimos está relacionada, em alguns períodos, a eventos/tendências históricos/políticos.

Palavras-chave: toponímia crítica, toponímia extensiva, geografia cultural, geografia linguística, espaço.

Abstract

This article aims at analyzing different dimensions of the toponymies of 130 cities in the north of Rio Grande do Sul. Methodologically, it is characterized as extensive toponymy due to its scope and techniques (geoprocessing and cartography), but it also carries out qualitative discussions. Toponyms were classified by origin: political (44); natural/geographic (38); indigenous (19); religious (15) and cultural/economic (14). This classification was related to a qualitative discussion related to spatial, historical, political, cultural, economic, and symbolic aspects. Finally, patterns of distribution of these toponyms were verified: spatially, they are well distributed, despite some specific trends; historically, it is possible to verify that the attribution of these toponyms is related, in some periods, to historical/political events/trends.

Keywords: critical toponymy, extensive toponymy, cultural geography, linguistic geography, space.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia clássica estabeleceu uma tradição de estudos sobre as relações entre sociedade e natureza (CLAVAL, 2011a), privilegiando questões físico-naturais e de distribuição populacional. Em paralelo a isto, o campo de estudos sobre toponímia cresceu e chamou atenção de geógrafos que, junto de pesquisadores de outras áreas, ajudaram a desenvolver uma série de pesquisas nesta área, sobretudo com intuito de catalogar nomes de locais (acidentes geográficos, vilas, cidades, construções, etc.). No entanto, segundo Rose-Redwood e Alderman (2011) a crescente preocupação de geógrafos com questões do *presente*, privilegiando aspectos econômicos, políticos e sociais, fez com que estes perdessem interesse na toponímia. Este abandono está ligado a uma visão limitada das possibilidades dos estudos toponímicos, o que “contribuiu para a *despoliticalização* da nomeação como estratégia de criação de lugares, quando o que era necessário era uma abordagem crítica às lutas sociais sobre a nomenclatura dos lugares” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN, 2011, p. 2, tradução nossa).

O entendimento do estudo da toponímia como algo meramente catalográfico vem sendo gradativamente superado pelos geógrafos por uma diversidade de fatores. No entanto, podemos destacar um conjunto de mudanças epistemológicas na Geografia e nas demais ciências humanas sobretudo a partir da década de 1960, culminando nas viradas cultural, espacial e linguística (CLAVAL, 2011a, 2011b). A virada cultural trouxe a discussão cultural como elemento fundamental da ciência geográfica, além de ampliar a visão da própria noção de cultura, adicionando elementos simbólicos, identitários, de comunicação, entre outros, rompendo com uma visão utilitarista e material da cultura e ampliando seus estudos para além da “dimensão material da atividade humana e suas marcas na paisagem” (CLAVAL, 2011b, p. 7). Abrem-se possibilidades de incorporação de abordagens humanistas, além de frutíferos diálogos com outras disciplinas. Estas, por sua vez, passam por importantes mudanças, através da virada espacial, a partir da qual passam a enxergar a dimensão espacial como fundamental para o avanço de seus estudos, se aproximando, assim, da Geografia. Além disso, a virada linguística promove a desconstrução acerca da ciência e do conhecimento, jogando holofotes em relações de poder e questões discursivas, por exemplo (CLAVAL, 2011a).

Estes movimentos contribuíram para que geógrafos voltassem novamente seus olhares para a toponímia, mas agora com outras perspectivas, privilegiando questões simbólicas, discursivas e políticas, além de incorporar questões teórico-metodológicas de outras áreas, como a Linguística e a História. Apesar de muito diversas, estas novas

perspectivas podem ser agrupadas em uma subárea de estudos chamada de (abordagens em) *toponímias críticas* (*critical toponymies*) (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN, 2011; LIGHT; YOUNG, 2014). Tal nova agenda parte do pressuposto de que os “nomes dos lugares estão implicados em questões mais amplas de poder, identidade, memória e cultura” (LIGHT; YOUNG, 2014, p. 435, tradução nossa) e busca, portanto, trazer estas questões à discussão geográfica.

Neste sentido, Claval (2007, p. 202), ao examinar o simbolismo dos nomes atribuídos ao espaço, afirma que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder”. Assim, podemos compreender que a toponímia é influenciada pelo grupo social que exerce poder sobre uma porção do espaço em um determinado momento da história e, portanto, a definição dos nomes e o processo de identificação estão ligados aos costumes da época e a intenções simbólicas e políticas. Segundo Claval (2007), ao atribuir nomes estamos individualizando os lugares na paisagem e transformando o universo físico em um universo socializado, criando territórios e territorialidades, além de narrativas sobre o espaço apropriado. A própria escolha dos nomes é impregnada por intenções políticas e culturais: ao delegar nomes para as municípios e ruas, a identificação deixa de ser um mero referencial e passa a comportar simbolismos.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar diferentes dimensões das toponímias dos municípios do norte do Rio Grande do Sul. Para tal, lançamos mão dos seguintes objetivos específicos: (1) discutir teoricamente o estudo de toponímias na perspectiva da Geografia; (2) classificar os topônimos dos 130 municípios analisados; (3) relacionar esta classificação com aspectos espaciais, históricos, políticos, culturais, econômicos e simbólicos; (4) verificar a existência de padrões espaciais e históricos na distribuição das toponímias na região. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como de toponímia extensiva, devido ao escopo e utilização de técnicas, como geoprocessamento e cartografia, mas também realiza discussões qualitativas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao nos questionarmos sobre por que cada local tem o nome que tem, podemos buscar respostas específicas para cada caso específico, o que caracteriza procedimentos da toponímia intensiva (TENT, 2015). No entanto, todas as respostas provavelmente convergiriam ao processo de nomeação, que na perspectiva *foucaultiana* está intimamente relacionada com as relações de poder, partilhada por Vuolteenaho e Berger ao discutirem toponímias em uma perspectiva crítica (*critical toponymies*): “nomear um lugar é sempre

um ato inserido em um contexto social mais amplo, que envolve relações de poder” (2009, p. 9, tradução nossa). Claval (2007, p. 202) também destaca a dimensão cultural do processo de nomeação ao afirmar que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder”.

Assim, nomear um lugar pode ser visto como um *privilegio* de um determinado grupo, no contexto em que “o poder apropria-se das terras fazendo constar nos registros, planos ou mapas as coleções de nomes de lugares” (CLAVAL, 2007, p. 201) e que, assim, este grupo atribui “um conjunto de valores políticos a uma área¹” (LIGHT; YOUNG, 2014, p. 436). Para Foucault (1999, p. 164), “Nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral”, ou seja, nomear (um lugar) é (lhe) atribuir valor (simbólico, político, econômico). Além disso, ainda na perspectiva *foucaultiana*, o ato de nomeação e o uso deste nome têm implicações discursivas, que também exprimem relações de poder. Como palavras, estes discursos não se materializam no espaço, mas constituem importante parcela daquilo caracterizado como instância das representações do espaço (espaço concebido), por Lefebvre (2013), e das epistemologias do Segundo Espaço (*Secondspace epistemologies*) e do Terceiro Espaço (*Thirdspace epistemologies*), de Soja (1996)².

Mesmo com esta importância para a compreensão das relações de poder e das questões simbólicas, o estudo de toponímias, até recentemente, ocupou uma posição marginal dentro da Geografia (urbana) (LIGHT; YOUNG, 2014) e ainda ocupa no contexto brasileiro. Mesmo assim, podemos destacar as reflexões de Corrêa (2013), que pautou esta discussão na geografia brasileira, aproximando leituras urbanas e culturais, justamente no contexto da renovação da Geografia Cultural (pós-virada cultural). Outro trabalho que merece destaque neste processo de retomada é o de Menezes e Santos (2006, p. 199), que visava “estabelecer um marco para a retomada dos estudos, publicações e desenvolvimento de pesquisas sobre a Geonímia³ do Brasil” e destaca a importância da cartografia em estudos desta natureza.

¹ No original, o termo utilizado é *landscape*. Há uma discussão acumulada na Geografia (Cultural) acerca da tradução desta palavra e sua associação aos termos alemães *Landschaftsbild* (mais próximo do conceito de paisagem) e *Landschaft* (mais próximo da ideia de área e do conceito de região) (ver notas de CORRÊA; ROSENDAHL, 2003 no capítulo de Wagner e Mikessell). Mesmo que o termo *landscape* tenda a ser traduzido como *paisagem*, optamos por *área*, devido ao contexto do texto original da citação.

² Soja (1996, p. 78-79, tradução nossa) se refere às epistemologias do Segundo Espaço como aquelas que “concentram suas explicações mais no concebido do que no percebido” e que partem de uma “suposição implícita de que o conhecimento espacial é produzido principalmente por meio de representações discursivamente concebidas do espaço, por meio do funcionamento espacial da mente”. Já as epistemologias do Terceiro Espaço são aquelas que rompem com a dualidade Primeiro Espaço (físico)- Segundo Espaço (ideal), encaminhando para a ideia do Terceiro-come-Outro (*Third-as-Othering*), portanto, conjugando questões físicas e simbólicas na perspectiva da tríade ontológica Espacialidade-Historicidade-Socialidade (SOJA, 1996).

³ Menezes e Santos (2006) usam o termo *geonímia* como sinônimo de *toponímia*, o que, inclusive, explicita textualmente. No entanto, em seu artigo, devido ao seu escopo, enfatiza mais a nomeação oficial dos lugares.

No entanto, mesmo antes destes trabalhos, se estabelecia, em outras áreas do conhecimento, uma tradição de estudos toponímicos com grande interface com aquilo que a Geografia brasileira viria a fazer posteriormente. Neste contexto, podemos destacar a produção da linguista Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que publica e orienta trabalhos sobre toponímia desde a década de 1980. A autora já abria possibilidades de diálogos com a Geografia ao afirmar que

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

Dick (2007) chama a atenção para a importância de analisarmos o processo de nomeação através de duas frentes: a interna e a externa. A primeira ocorre a partir de motivações do próprio local, que levarão em consideração nuances salientes do ambiente. A segunda ocorre de fora para dentro, fazendo com que o nome se torne *artificial* (DICK, 2007). A autora afirma que os nomes são designados

segundo suas especificidades mais salientes, consubstanciadas, lingüisticamente, em suas próprias semias; ou adotando uma denominação artificial, no sentido de seu distanciamento em relação ao grupo. Em outras palavras, o nome deixou/deixará de ser contextualizado ou introjetado pela comunidade porque seguiu o caminho inverso, advindo de fora para dentro do meio. (DICK, 2007, p. 142).

Lembremos que a nomeação atribui representação e valor ao que é nomeado. Portanto, “os nomes atribuídos a lugares [...] não são acidentais ou politicamente neutros, mas são escolhidos e destacados como sendo, de alguma forma, ‘apropriados’, enquanto outros nomes são negligenciados ou marginalizados” (LIGHT; YOUNG, 2014, p. 436, tradução nossa). Assim, de qualquer forma, seja por questões de *dentro para fora* (nomeação interna) ou de *fora para dentro* (nomeação externa), esse processo poderá apresentar conflitos e resistências, bem como não poderá ser executado sem, ao menos, seguir algumas normas administrativas – operando a partir da instância do concebido, da tríade espacial de Lefebvre (2013) – ou critérios consuetudinários – dentro da perspectiva das representações sociais, de Moscovici (2003). Para além das questões destas diretrizes e normas, os nomes terão significativa complexidade dependendo da diversidade étnica do local, isto é, quanto maior for a variedade de povos, maior será a responsabilidade na nomeação, sendo assim, as pessoas que *escolhem* estes nomes devem levar em conta todos estes fatores (DICK, 2007). No entanto, não podemos ignorar que há relações de

poder entre as línguas (e os grupos que representam) e que “um equilíbrio de poder desigual caracteriza a geografia da linguagem no mundo, em que a hegemonia de certas línguas cresce às custas de sistemas linguísticos minoritários” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN, 2011, p. 4, tradução nossa).

Ao considerarmos o ato nominativo, é importante que estejamos atentos às consequências desta ação. Como nomear é uma expressão do poder, ao atribuir um nome a uma porção do espaço, um determinado grupo o está dominando e/ou o apropriando. Na perspectiva *lefebvriana*, podemos brevemente diferenciar estes dois processos, respectivamente, como controle político – transformação do espaço “por uma técnica e uma prática” (LEFEBVRE, 2013, p. 213, tradução nossa) – e estabelecimento (de ordem simbólica) – modificação do espaço “para servir às suas necessidades e possibilidades” (LEFEBVRE, 2013, p. 2013, tradução nossa). Assim, o ato de nomear o espaço o transforma em território e/ou cria territorialidades, fazendo com que a espacialidade se una à linguagem, resultando em uma hierarquia na sociedade (CARVALHO, 2012). Portanto, ao analisar o nome de uma área em especial, o pesquisador deverá se deparar com importantes fatores que produziram o espaço da região, afinal, o ato nominativo está carregado dos valores culturais e políticos e permeado por fatos históricos.

Se o processo de nomeação está inserido em um contexto maior e, portanto, não ocorre em um ato isolado nem é um ato meramente cultural, abrangendo também lutas políticas, sociais e econômicas (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN, 2011) relacionadas à produção do espaço, o campo da toponímia deve também buscar a origem e os significados (original e os produzidos) deste nome, bem como os conflitos envolvidos neste processo. O aprofundamento deste debate em casos específicos caracteriza estudos em toponímia intensiva, termo defendido por Tent (2015). Já a toponímia extensiva, se preocuparia com questões mais gerais, como estabelecimento de padrões, encontro de assimetrias e espacialização desses. No entanto, também no campo da toponímia extensiva, se faz necessário compreender minimamente a origem e os significados dos nomes, a fim de considera-los como variáveis da análise.

Neste sentido, é importante considerarmos que, na maior parte das vezes, a definição de toponímias ocorre a partir de apropriação de palavras já existentes. Segundo Foucault (1999, p. 135), seria impossível que cada coisa recebesse uma palavra inédita para a nomear, pois se fosse assim, “cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma”, perdendo o ato de nomear sua condição de

representação e atribuição de valor, pois “a generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto a designação do ser à forma da proposição”. Portanto, os nomes dos lugares tendem a ser apropriações de outros nomes, ou seja, geralmente se referem a “recursos naturais, a fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, além de trazerem informações sobre grupos étnicos que habitam a região ou de antigos habitantes” (MARCUZ, 2016, p. 13). Nota-se que, para a nomeação interna dos lugares, as características locais serão muito importantes.

Neste processo de estabelecimento de toponímias – que abarca uma série de acontecimentos e características geográficas locais – é fundamental considerar os processos de orientação/localização e de comunicação, destacados por Claval (2007). Neste processo, a individualização da área não será a única consequência já que, ao colonizar e explorar determinado local, o homem busca maneiras de se orientar na região e, para isso, utiliza de pontos de referência, ou seja, busca nomear os lugares a fim de facilitar a sua localização (CLAVAL, 2007). Como já mencionado, a contribuição dos nomes pode ir além de descrições dos aspectos físico-naturais, culturais ou políticos. Eles podem auxiliar, conforme Claval (2007, p. 31), que

os membros de uma sociedade disponham de conhecimento geográfico satisfatório em matéria de orientação, não basta que eles saibam determinar as direções de referência [...] e que, ao se deslocar, tenham aprendido a interiorizar as sequências que permitem reconhecer e, se necessário, voltar ao ponto de partida. Para eles é preciso comunicar o que foi visto. Para consegui-lo, eles batizam o terreno e cobrem os espaços conhecidos com nomes de lugares, de toponímias.

É através da comunicação, portanto, que o processo de nomeação dos lugares passa a se concretizar. As referências para localização/orientação e o processo de comunicação também são essenciais para o estabelecimento de toponímias não oficiais, ligadas a práticas cotidianas, e que também podem influenciar na toponímia oficial, inclusive modificando ou substituindo o nome de um lugar. Corrêa (2003) chama a atenção para uma duplicidade de nomes designados aos logradouros, atentando para a existência mútua de uma toponímia oficial e outra informal. Apesar das toponímias serem “marcada[s] por um grande conservadorismo” (CLAVAL, 2007, p. 202), no sentido de a toponímia oficial ser praticamente estanque, opera-se uma constante interações entre a instância das representações do espaço (concebido) e as das práticas espaciais (percebido) e dos espaços de representação (vivido), usando os termos de Lefebvre (2013). A instância do concebido – caracterizada pelos discursos *no* espaço (SHIELDS, 1999) – se sobrepõe, através da toponímia oficial (dos políticos, técnicos, planejadores e burocratas), às instâncias do percebido e do vivido. No entanto, estas, por sua vez, não se encontram

inertes e, nas práticas espaciais da vida cotidiana e na constituição de universos simbólicos de resistência (pelos habitantes), criam outros discursos, inclusive outras toponímias, se a oficial não lhes serve.

Aqui podemos perceber uma série de conflitos simbólicos que envolvem o nome dos lugares. São comuns, por exemplo, os processos de mudança da grafia do nome das cidades (ou até mudar completamente o nome) para mascarar suas origens. É recorrente no território brasileiro o *aportuguesamento* das palavras, como no caso do município de Erechim-RS, originalmente Erexim, termo de origem indígena que foi *aportuguesado* na década de 1970, mas ainda presente em algumas instituições, como a diocese da cidade. Outros exemplos são citados no estudo de Diedrich e Machado (2020, p. 103), ao nos afirmar que “com a transformação do indígena em súdito, vilas indígenas foram designadas com nomes de cidades e vilas portuguesas, ocorreu o aportuguesamento de sobrenomes e a proibição do uso das línguas nativas, exigindo-se a fala em português.”. No estado do Rio Grande do Sul, muitos sobrenomes de origem germânica foram aportuguesados após a II Guerra Mundial e os decretos federais de proibição da língua no território nacional. Além disso, temos os casos de apagamento da história dos povos originários que ali existiam, como será abordado adiante.

3. METODOLOGIA

Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como (estudo de) toponímia extensiva (*extensive toponymy*) (TENT, 2015), pois se preocupa sobretudo com um grande número de objetos (neste caso, municípios), procurando encontrar relações, padrões e diferenças, como práticas e padrões de denominação de lugares e distribuição de região de certos tipos de toponímia. Segundo Tent (2015), estudos de toponímia extensiva devem ser encorajados, já que representam a menor parte das pesquisas sobre a temática, já que a maior parte dos pesquisadores opta pela toponímia intensiva, que busca se aprofundar nos motivos e nos desdobramentos de determinada(s) toponímia(s) em um local específico. Mesmo trabalhando na perspectiva da toponímia extensiva, procuramos incorporar também discussões de caráter qualitativo.

Nossa escolha pela toponímia extensiva tem relação com alguns fatores. O primeiro é o recorte geográfico, que também implica na quantidade de objetos analisados. Optamos por discutir a toponímia dos municípios de uma região relativamente extensa e que possui um número de municípios que inviabilizaria aplicarmos técnicas que caracterizassem uma pesquisa de toponímia intensiva (apesar de buscarmos as origens das toponímias e

realizarmos breves discussões sobre elas). A região escolhida foi o norte gaúcho, especificamente o recorte da Região Funcional de Planejamento 9, que abrange 130 municípios (Figura 1). As Regiões Funcionais de Planejamento são resultado de um estudo desenvolvido por iniciativa da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, denominado RUMOS 2015, e são muito utilizadas como recorte espacial para análises geográficas do território estadual.

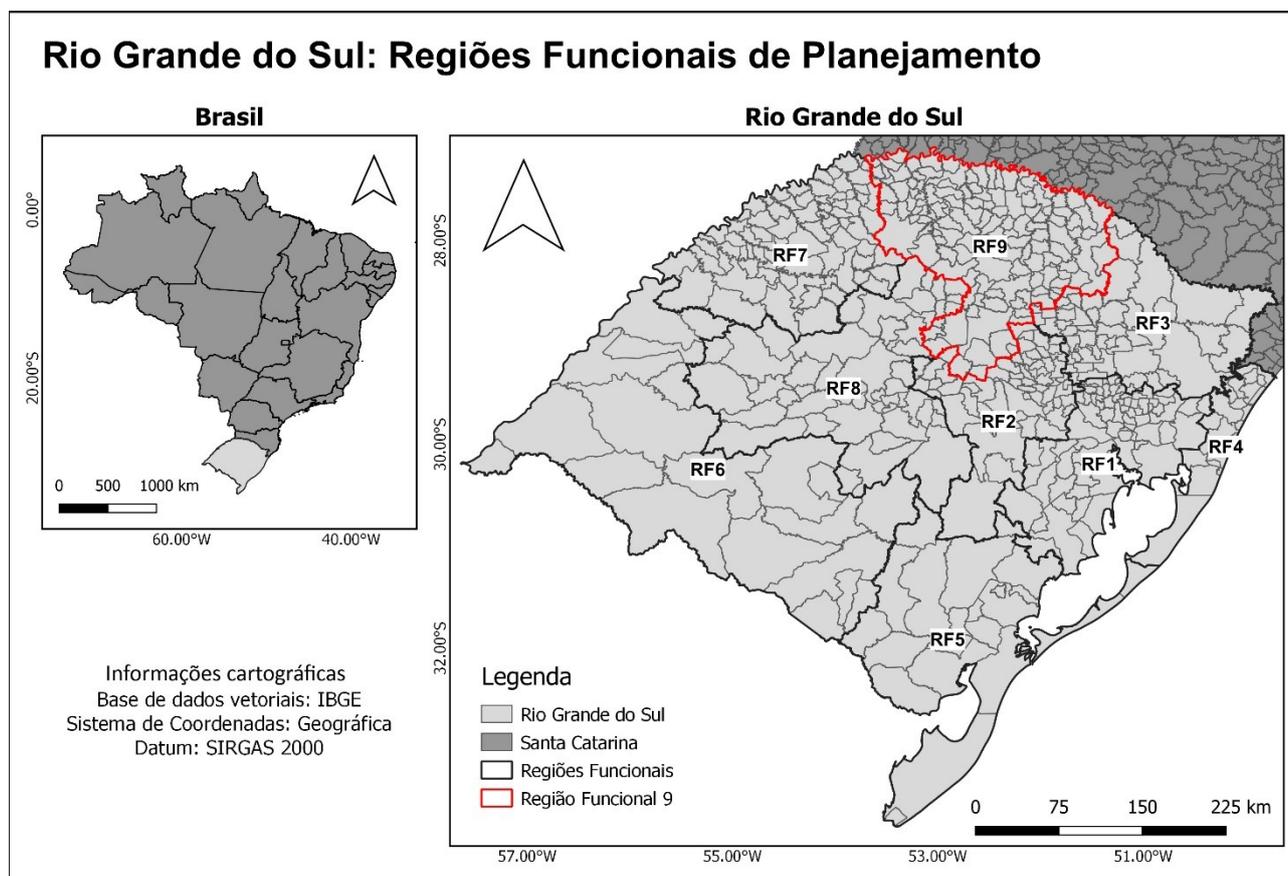


Figura 1 – Recorte de estudo – Região Funcional de Planejamento 9

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A escolha da Região Funcional 9 passa pela possibilidade de análise de um espaço com um número significativo de municípios, além dos pesquisadores residirem nesta região. No que se refere à instalação das regiões funcionais, elas têm como finalidade, além de fornecer recortes para pesquisas geográficas, auxiliar na administração de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul.

O segundo fator é o recorte temporal, que também implica na escolha das fontes adotadas. Como há uma grande amostragem de municípios, trabalharemos com a toponímia oficial atual dos municípios da região. Desta maneira, ao contrário de estudos de toponímia intensiva, nosso objetivo não é discutir profundamente os porquês dos nomes e

de suas mudanças, quem atribuiu, quando e quais as implicações. Mesmo assim, reconhecemos a importância destes aspectos, que serão contemplados de maneira parcial em casos específicos que serão brevemente discutidos, já que se objetiva um estudo extensivo. Para tanto, as fontes de informação utilizada para identificar aspectos da toponímia dos municípios foram os sites oficiais das respectivas prefeituras.

O terceiro fator se refere aos aspectos analisados. Como este trabalho tem objetivo de classificar (a partir da característica mais marcante) e espacializar os topônimos dos municípios (e não discutir intencionalidades e aspectos específicos), nos enquadramos em estudos de distribuição regional de toponímias (TENT, 2015). No entanto, realizamos um esforço para não perder a dimensão qualitativa das *escolhas* dos nomes dos municípios, já que é um processo carregado de intenções políticas, que revela questões culturais, naturais, étnicas, linguísticas, de poder, religiosas, entre outras. Tais questões serão contempladas em breves análises, que flertam com a perspectiva da toponímia intensiva, bem como pelas categorias (e subcategorias) toponímicas definidas para este estudo.

A partir da leitura de pesquisas sobre toponímia e da análise prévia do contexto regional, definiu-se que as categorias toponímicas adotadas no presente trabalho seriam: natural/geográfico, indígena, religioso, político e cultural/econômico, cujos critérios são apresentados no Quadro 1.

O quarto fator é dos procedimentos e técnicas utilizados. Consideramos importante espacializar essas relações através de produções cartográficas e geoprocessamento, investigando tendências de distribuição espacial dessas categorias como subsídio para a leitura dos resultados do estudo. Para tal utilizamos o *software* QGis, por ser uma plataforma de acesso livre. Os dados vetoriais foram retirados do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as informações qualitativas foram preenchidas manualmente. As ferramentas de geoprocessamento dão suporte à produção de conhecimento técnico e científico através de um conjunto de tecnologias de informação destinados à compreensão da dimensão espacial dos fenômenos estudados (LONGLY *et al*, 2013). Além disso, a representação cartográfica e a espacialização dos dados facilitam a sua interpretação, tornando possível a inferência ou não de padrões de regionalização que podem ser analisadas a partir do estudo dos diferentes processos e agentes da ocupação dos territórios, algo característico de estudos de toponímia extensiva (TENT, 2015). Por isso, buscou-se aliar o estudo das toponímias com a criação de mapas temáticos, fator, como já apontamos, não muito presente nos estudos toponímicos atuais.

Categoria	Critérios
Natural/ Geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes baseados em elementos da natureza, como espécies vegetais e animais (Ex.: Jacutinga, Sananduva, Sarandi, Rondinha); • Nomes baseados em formações geológicas/geomorfológicas e conformações do terreno (Ex.: Chapada, Coxilha, Planalto); • Nomes baseados em elementos naturais que configuraram marcos na paisagem e identificação geográfica/localização (Ex.: Capão Bonito do Sul, Pontão, Três Palmeiras); • Nomes derivados de cursos d'água nomeados previamente ao município (Ex.: [rio] Camargo, [rio] Jacuzinho, [rio] Passo Fundo).
Indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes de origem indígena, independente de manutenção da grafia original ou <i>aportuguesamento</i> da palavra (Ex.: Erechim, Iraí, Itapuca); • Nomes escolhidos como homenagem a personalidades indígenas (Ex.: Cacique Doble, Marau).
Religioso	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes baseados em santos (Ex.: Santo Antônio do Palma, São Valentim); • Nomes que homenageiam personalidades religiosas (Ex.: [frei] Gentil); • Nomes baseados em crenças populares (Ex.: Água Santa).
Político	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes que homenageiam figuras importantes da política nacional (Ex.: Barros Cassal, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas); • Nomes que homenageiam personalidades militares (Ex.: David Canabarro, Paim Filho, Severiano de Almeida); • Nomes que homenageiam pessoas que participaram do processo de emancipação do município ou outra relevância local (Ex.: Maximiliano de Almeida, Tio Hugo, Victor Graeff); • Nomes que homenageiam pessoas ou famílias que possuíam e/ou doaram as terras da região (Ex.: Ernestina, Quatro Irmãos, Vila Lângaro); • Nomes que remetem a outras cidades (Ex.: Nova Boa Vista, Novo Tiradentes); • Nomes que remetem a processos políticos (Ex.: Áurea, Viadutos).
Cultural/ Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes que referenciam formas culturais de ocupação e identificação do território (Ex.: Rodeio Bonito, Ronda Alta); • Nomes que remetem a vestígios materiais e patrimoniais (Ex.: Engenho Velho, Estação, Ponte Preta); • Nomes que exprimem relações subjetivas com o espaço ou a população (Ex.: Alto Alegre, Nova Alvorada); • Nomes que remetem a atividades econômicas que identificam a população (Ex.: Ametista do Sul, Cristal do Sul);

Quadro 1 – Categorias e critérios de classificação

Fonte: Elaboração própria, 2021.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os critérios explicados no Quadro 1, chegou-se à seguinte classificação dos 130 municípios que compõem a Região Funcional de Planejamento 9 do Estado do Rio Grande do Sul: 44 municípios possuem topônimos classificados como políticos (nome de políticos, de eventos ou referência a outras cidades); 38 possuem nomes de origens naturais/geográficas; 19, topônimos indígenas; 15, religiosos; e 14 culturais ou econômicos. A classificação dos municípios é apresentada no Quadro 2 e representada em cartografia na Figura 3.

Toponímia	Qtd.	Municípios
Político	44	Almirante Tamandaré do Sul, Áurea, Barão de Cotegipe, Barracão, Barros Cassal, Benjamin Constant do Sul, Campos Borges, Caseiros, Ciriaco, Constantina, Cruzaltense, David Canabarro, Dois Irmãos das Missões, Ernestina, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Frederico Westphalen, Getúlio Vargas, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Ipiranga do Sul, Liberato Salzano, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato Castelhana, Maximiliano de Almeida, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Boa Vista, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Paim Filho, Paulo Bento, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, Tio Hugo, Trindade do Sul, Vanini, Viadutos, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Lângaro, Vila Maria.
Natural/ Geográfico	38	Alpestre, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Camargo, Campinas do Sul, Capão Bonito do Sul, Centenário, Cerro Grande, Chapada, Coqueiros do Sul, Coxilha, Entre Rios do Sul, Erval Grande, Erval Seco, Espumoso, Faxinalzinho, Jaboticaba, Jacuzinho, Jacutinga, Lagoa Vermelha, Lagoão, Mormaço, Palmeira das Missões, Palmitinho, Passo Fundo, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Pontão, Rio dos Índios, Rondinha, Sananduva, Sarandi, Sertão, Taquaruçu do Sul, Três Arroios, Três Palmeiras.
Indígena	19	Aratiba, Cacique Doble, Caiçara, Carazinho, Charrua, Erebang, Erechim, Gaurama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Iraí, Itapuca, Itatiba do Sul, Marau, Nonoai, Seberi, Tapejara, Tupanci do Sul.
Religioso	15	Água Santa, Gentil, Sagrada Família, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São João da Urtiga, São José das Missões, São José do Herval, São José do Ouro, São Pedro das Missões, São Valentim, Soledade.
Cultural/ Econômico	14	Alto Alegre, Ametista do Sul, Carlos Gomes, Casca, Cristal do Sul, Engenho Velho, Estação, Lajeado do Bugre, Nova Alvorada, Novo Barreiro, Ponte Preta, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Vista Alegre.
TOTAL	130	

Quadro 1 – Classificação toponímica das cidades da RF 9.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

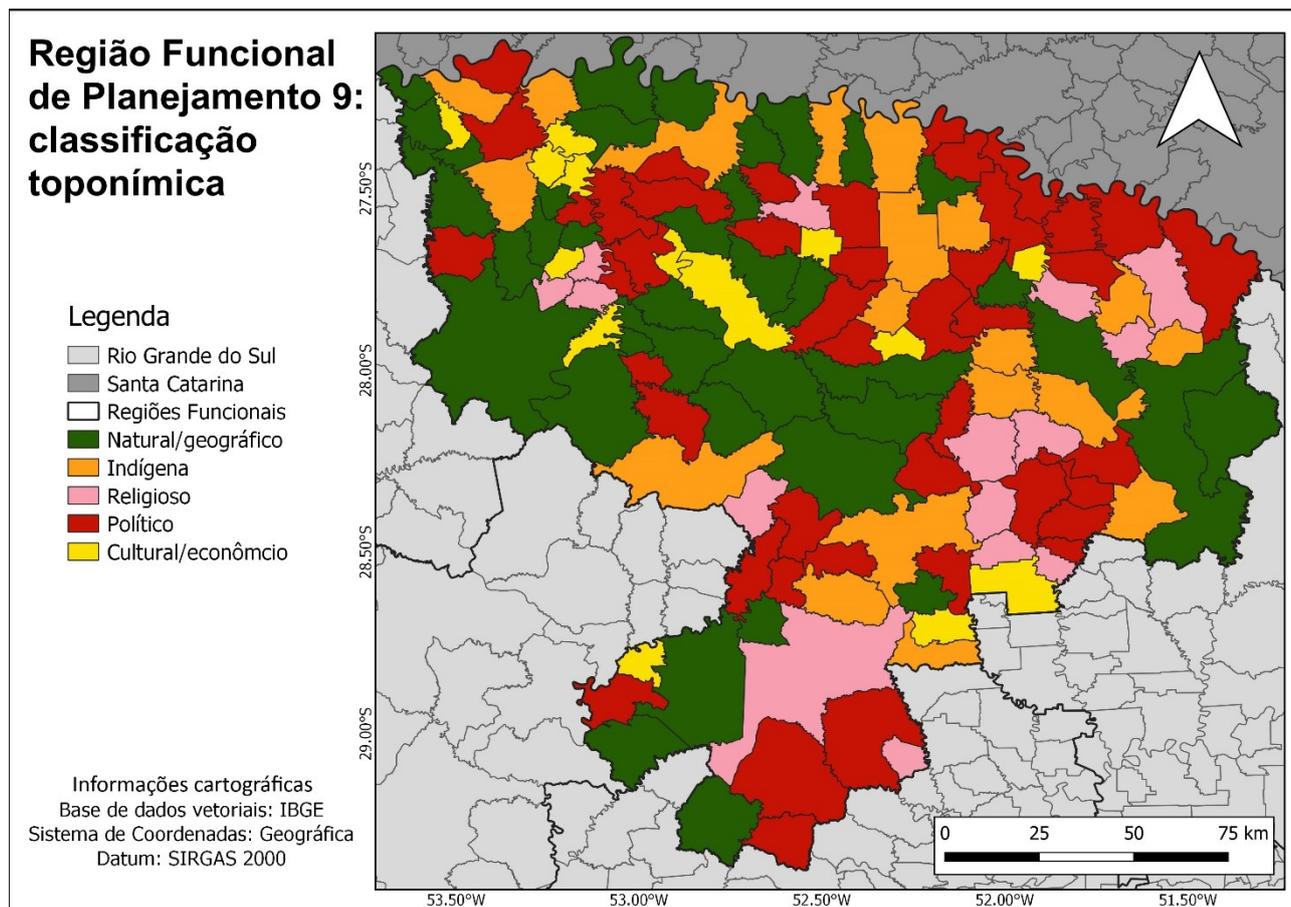


Figura 2 – Classificação toponímica

Fonte: Elaboração própria, 2021.

4.1. Toponímias políticas

Na categoria de topônimos políticos, o caráter mais marcante são as homenagens a figuras importantes do contexto local, regional ou nacional. No contexto local, vários são os topônimos que homenageiam os antigos donos das terras e primeiros colonizadores, ora reproduzindo seu nome, ora utilizando-se de acréscimos. Como exemplos, podemos citar Trindade do Sul, que homenageia João Trindade, dono das terras da região; Machadinho, alusão a Manoel Machado de Campos; Gramado dos Loureiros e Gramado Xavier, referindo-se às famílias *pioneiras*; Vila Maria, referência a Maria Busatto, que comprou as terras e doou uma parte para a instalação da primeira capela da localidade; e Vila Lângaro, tributo aos irmãos que colonizaram aquele território. Outros utilizam apenas o nome dos antigos proprietários das terras, como Ernestina, Paulo Bento e Ciríaco (sobrenome da família) ou outras figuras que auxiliaram na emancipação dos municípios, como Victor Graeff, e administradores de relevância regional, como Vicente Dutra.

Além dos exemplos supracitados, são notórios os topônimos que reproduzem princípios positivistas através da homenagem de pessoas consideradas insígnias para os ideais de progresso da nação. O positivismo, corrente filosófica criada por Auguste Comte (França, 1798-1857), analisava a organização da sociedade e as suas relações sociais a partir das leis das ciências exatas e biológicas, configurando uma ciência da evolução baseada na síntese e na crítica das correntes intelectuais restauradoras e revolucionárias do contexto francês no século XVIII. Essa corrente foi muito importante nos ideais políticos brasileiros: o Positivismo chegou ao Brasil durante o 2º Império, perdeu força entre os intelectuais da época, mas permaneceu muito presente entre os militares, expressando-se nacionalmente no governo de Getúlio Vargas. Os estados com maior influência política do positivismo foram Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, este através do antigo governador Borges de Medeiros. Medeiros promoveu políticas de ocupação e desenvolvimento do interior do estado por meio da implantação de ferrovias, incluindo a região norte do estado (HEINSFELD, 2007) objeto de análise desse estudo, que contou com grande influência de Carlos Torres Gonçalves, responsável pelo planejamento da colonização da região (SPONCHIADO, 2000).

Uma das premissas marcantes dessa corrente filosófica que influenciou as políticas de ocupação da região analisada remete à importância de manter viva a memória de figuras significativas que pregavam as ideias positivistas ou que serviram de modelo para esses princípios. Partindo dessa perspectiva, criou-se o Panteão Positivista, uma série de pessoas ilustres que deveriam ter sua história rememorada e iconizada. Muitas cidades da

região foram planejadas pelo engenheiro civil e funcionário público gaúcho Carlos Torres Gonçalves (1875-1974), positivista declarado, que instruía em seus projetos que os logradouros e vilas deveriam homenagear datas, lugares ou pessoas consideradas beneméritas dos valores defendidos pela corrente filosófica – em alguns casos, isso ocorreu com o nome das próprias cidades (SPONCHIADO, 2000). Assim, trata-se de uma ideia de refazer o passado preservando o nome de pessoas consideradas insígnias. No recorte espacial estudado, temos os casos de Benjamin Constant do Sul, Constantina (que deriva de Benjamin Constant), Getúlio Vargas, David Canabarro, Áurea (homenageando a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel), Novo Tiradentes, Floriano Peixoto, entre outros.

Sponchiado (2000) narra que os positivistas da vertente religiosa se opunham às denominações de pessoas vivas, tanto que o próprio Torres Gonçalves recusou diversas homenagens, e o engenheiro Frederico Westphalen teria ficado zangado com seus amigos que colocaram seu nome no antigo povoado Barril, hoje município que se configura como polo microrregional do COREDE Médio-Alto Uruguai. Sponchiado também observa que, no caso de Erexim/Erechim, houve uma série de tentativas de mudar o nome da cidade, inclusive homenageando a figura de José Bonifácio, sugerido por Torres Gonçalves. Entretanto, esses topônimos não foram aceitos pelos habitantes por serem nomes sem nenhum vínculo com a história da população. Após um tumultuado vai-e-vem de nomes, prevaleceu o primitivo topônimo Erexim (posteriormente aportuguesado para Erechim), imposto pelo uso (SPONCHIADO, 2000).

4.2. Toponímias naturais/geográficas

Ao analisar as toponímias de origens naturais/geográficas, classificação que teve 38 municípios, podemos considerar diferentes aspectos naturais em sua catalogação, tais como geomorfologia, geologia, hidrografia, flora e fauna. Nota-se que a maioria dos municípios desta categoria deriva sua nomenclatura de conformações morfológicas ou espécies de vegetação (17), seguidas por recursos hídricos (10) e relevo (7). Neste sentido, é importante acentuar que os aspectos naturais são de suma importância para a ocupação e povoamento de determinado local, sendo assim, tendem a ter destaque na nomeação dos municípios (na classificação da RF, foi a segunda categoria com maior incidência). Partindo deste fato, considera-se que as questões físico-naturais eram importantes ou salientes para que motivassem o batismo dos lugares.

Alguns municípios tiveram seus nomes manifestados por representarem um significado simbólico aos seus nomeadores, como o caso dos topônimos que representam

marcos na paisagem, individualizando o lugar, como Três Palmeiras, Pontão (uma ponta de mato que se destacava da flora circundante) e Coqueiros do Sul (na entrada da comunidade havia uma série de coqueiros que identificavam o local). Outro ponto importante diz respeito ao relevo, com topônimos que nos dão indícios da geografia da região: Alpestre, Barra Funda, Chapada, Cerro Grande, Planalto. Temos também topônimos que representam a flora – Centenário (as araucárias centenárias do local), Jaboticaba, Pinheirinho do Vale, Pinhal, Sananduva – e a fauna – Jacutinga e Rondinha (pássaros). Os recursos hídricos da região também são bastante evidenciados, como as homenagens aos rios Camargo, Jacuizinho e Passo Fundo, ou os municípios de Barra do Rio Azul, Entre Rios do Sul, Três Arroios e Espumoso (referência aos cones de espuma das quedas d'água do rio Jacuí).

4.3. Toponímias indígenas

Entre os 19 topônimos indígenas, os temas mais recorrentes remetem ao terreno (7) e à água (4), mas também existem 3 municípios que homenageiam figuras indígenas (Cacique Doble, Marau e Nonoai), e 1 que homenageia o nome da tribo (Charrua). De acordo com Kujawa e Tedesco (2014), a região norte do estado do Rio Grande do Sul é marcada por uma série de conflitos sociais de raízes históricas entre indígenas e pequenos agricultores, no que tange à reivindicação de posses e demarcação de terras. Para os autores, os conflitos da região possuem particularidades relevantes que os diferenciam do conjunto de lutas por terras indígenas no contexto nacional: no caso gaúcho, as administrações estaduais desenvolveram diversas políticas públicas contraditórias ao longo do século XX acerca da demarcação de terras, provocando diferentes processos de (des)(re)territorialização forçados para ambas as partes: indígenas e agricultores. Além disso, os atuais conflitos ocorrem em localidades densamente povoadas por agricultores familiares, que chegaram à região motivados pelas políticas de colonização do início do século, vivendo nelas por muito tempo, geração após geração. Assim, os conflitos possuem bases históricas que colocam frente a frente os indígenas, que demandam a recuperação de terras consideradas de ocupação tradicional imemorial, contra agricultores, que há muito tempo constroem um *modus vivendi* no território (KUJAWA; TEDESCO, 2014).

Esses conflitos se expressam na nomenclatura do território, principalmente se analisarmos a distribuição das terras indígenas mapeadas pelo IBGE⁴. Nem sempre a demarcação das terras indígenas coincide com os topônimos indígenas presentes na região (Figura 3), sendo que sua adoção ou não é resultado de processos distintos que dependiam da relação entre brancos e índios. No caso de Nonoai, a narrativa oficial é de que os tropeiros que vinham de outras regiões do Brasil a procura do mercado de gado muar precisavam de um novo caminho para encurtar a viagem pois atravessaram o Rio Pelotas pelo campo de Vacaria, aumentando muito a distância que percorriam. Através da mediação de pessoas da região, encontraram uma boa possibilidade de passagem pelo Porto Goio-En, mas precisavam negociar com os indígenas que viviam na região:

O Comandante Rocha Loires expôs ao chefe indígena a pretensão de abrir uma estrada desde Passo Fundo, que, passando por este Toldo, fosse chegar num lugar chamado de Goio-En, no Rio Uruguai. Esta proposta foi acatada pelos índios e então foi firmado um compromisso entre ambos. Os índios mudar-se-iam, ou melhor, transferir-se-iam mais para o interior, rumo ao oeste, deixando livre a zona para a futura estrada, com a condição de que os brancos que aqui aportassem fossem respeitosos e não os importunasse. Condição aceita. Os índios se comprometeriam a retirar-se o mais breve possível, deixando ampla liberdade aos brancos para abrirem a sua estrada e começar a fundação da futura vila que teria o nome de Nonoai, em homenagem ao velho e bondoso cacique.⁵

Exemplos semelhantes acontecem com os municípios de Cacique Doble e Marau, que homenageiam indígenas que tiveram *boas relações* com os colonizadores brancos. Em contrapartida, temos diversos exemplos de apagamento da história indígena na região, como no caso do município de Caiçara. Etimologicamente, o termo *caiçara* surgiu com os povos indígenas, sendo a denominação das paliçadas que existiam ao redor das aldeias para a proteção contra inimigos ou animais. Porém, o site da prefeitura do município⁶ não menciona, em momento algum, a presença de indígenas na região, ignorando esses povos na narrativa contemporânea da cidade, inclusive deixando sem explicação a origem de seu nome. Esses fatos nos dão indícios dos conflitos existentes na região e ilustram a contribuição do estudo das toponímias no entendimento das dinâmicas territoriais.

⁴ Downloads > organização do território > tipologias do território > base de informações sobre os povos indígenas e quilombolas > indígenas e quilombolas 2019 > base de dados > UF > RS. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 05 jul. 2021.

⁵ Site da Prefeitura Municipal de Nonoai. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/o-municipio/a-cidade>. Acesso em: 04 jul. 2021.

⁶ Site da Prefeitura Municipal de Caiçara. Disponível em: <https://caicara.rs.gov.br/nossomunicipio>. Acesso em: 04 jul. 2021.

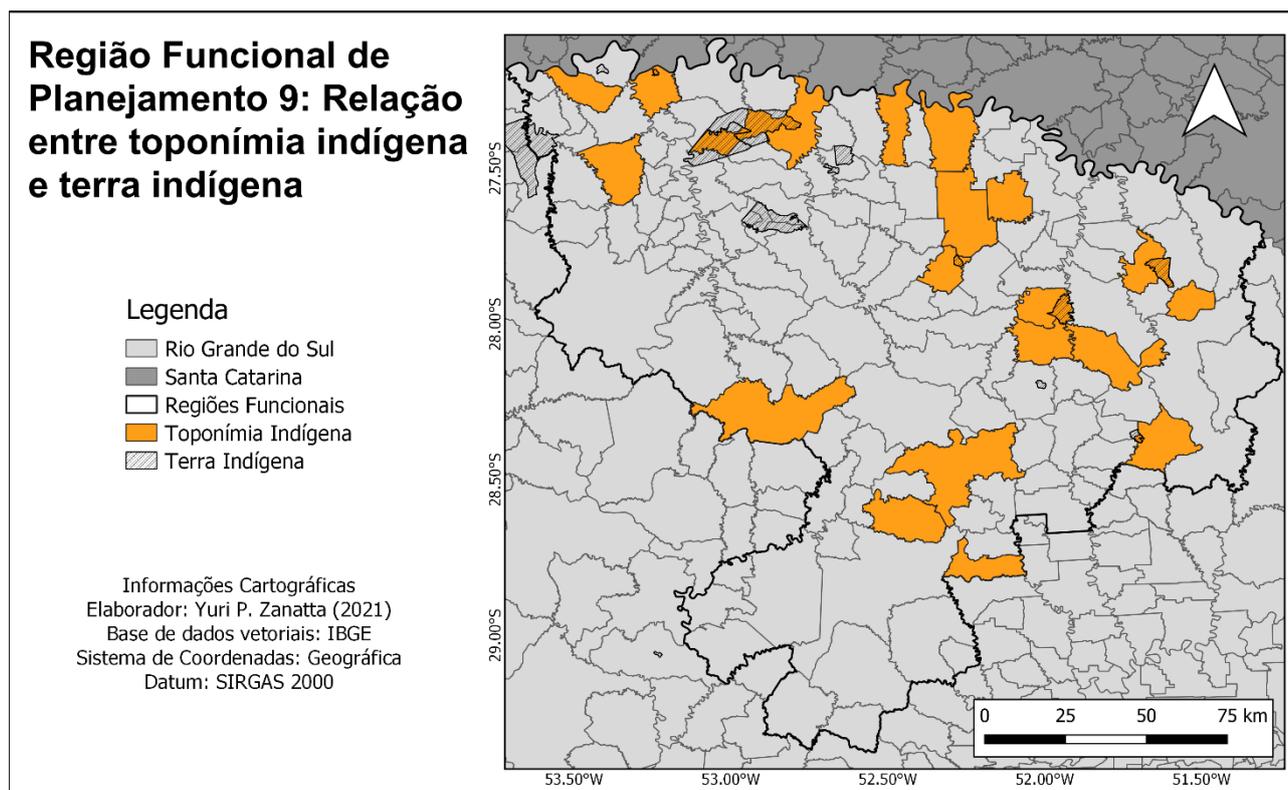


Figura 3 – Toponímia indígena x terra indígena

Fonte: Elaboração própria, 2021.

4.4. Toponímias religiosas

No que diz respeito aos topônimos religiosos, é interessante perceber que existe grande predominância de homenagens a santas e santos. Dos 15 topônimos identificados, 11 apresentam nomes de santos e, destes, 10 contam com acréscimos frequentemente relacionados a características geográficas, seja do terreno, seja de localização: *do Sul, do Planalto, das Missões, do Herval*. Isso pode ser interpretado como uma marca da religiosidade popular presente na região, onde a fé, geralmente, é remediada pelos santos e onde são comuns as festividades comunitárias de homenagem aos padroeiros. Estas festividades locais de expressão popular, que varia de comunidade para comunidade, podem ser vistas tanto como integração quanto como um contraponto aos rituais que seguem o calendário oficial religioso. Nesse sentido, vemos uma forte vinculação com o *genius loci* (MAFFESOLI, 2014), a identificação daquilo que é próprio do local, o poder gregário que essas figuras locais representam para a comunidade, muitas vezes maior do que a santíssima trindade, que é global.

Os outros topônimos religiosos que não referenciam nomes de santos são casos particulares: Água Santa remete à crença popular de que existia no local uma fonte de água com poderes curativos; Gentil homenageia a figura do frei Gentil, missioneiro religioso

importante para a região; e Sagrada Família e Soledad (abreviação para Nossa Senhora de Soledad, antigo nome do município), únicos topônimos religiosos que remetem à sagrada família e à santíssima trindade, bases do catolicismo.

4.5. Toponímias culturais e econômicas

Antes de adentrar o recorte dos topônimos culturais, cabe citar a questão da constituição da memória coletiva e como ela poder ser construída, moldada e direcionada pelas memórias individuais e as intencionalidades das pessoas, produzindo reconhecimentos e atribuindo valores ao território. Segundo Halbwachs (1990 *apud* ABREU, 1998), a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo, construindo um caráter familiar, grupal ou social que auxilia a aderência de um grupo social a um espaço. Assim sendo, a memória coletiva retém do passado somente o que está vivo ou pode permanecer na consciência de cada um e, por isso, está sempre se transformando, já que alguns grupos desaparecem e levam consigo certas lembranças. A partir dessa memória coletiva criamos a memória histórica, que é quando aquela já não se sustenta mais pois os grupos mudaram, mas têm-se o desejo de preservá-la, passando de um caráter coletivo, vivo, para uma memória histórica, estática, distante no passado (ABREU, 1998).

Partindo dessa perspectiva, várias foram as subcategorias encontradas dentro da categoria de topônimos culturais/econômicos. Temos antigas práticas relacionadas à criação de gado e aos viajantes da região, como nos casos de Rodeio Bonito e Ronda Alta, que configuravam locais de descanso e alimentação do gado; Casca, lugar onde havia um riacho liso e escorregadio por onde os cavaleiros e carroceiros passavam e resvalavam, sendo que no dialeto italiano local isso se traduzia por *cascar*; e Novo Barreiro, um cruzador de estradas onde havia um bebedouro de animais que transbordava, formando um *barreiro* onde as caravanas atolavam. Também temos o caso de Ametista do Sul, que reporta às práticas de extração de pedra ametista nas furnas e garimpos. Esse é um exemplo interessante da construção da identidade coletiva dada através das práticas culturais e econômicas, visto que a localidade primeiro teve uma nomenclatura de categoria natural (Cordilheira), mas, com o aumento da população e a presença da religiosidade, passou para um topônimo religioso (São Gabriel) e, após a descoberta das primeiras minas de pedras semipreciosas, teve seu nome modificado para Ametista do Sul. Hoje, a economia e a identidade da população giram em torno do turismo das paisagens, da visitação dos locais de extração e da comercialização das pedras, transformando esse cenário e a própria

toponímia em um *marketing* para o município, na perspectiva do que Rose-Redwood e Alderman (2011) chamam de *toponímia-como-commodity*.

Alguns topônimos apresentam caráter mais subjetivo da relação dos moradores com o território, como Nova Alvorada, que simboliza a esperança de melhoria das condições de vida dos colonizadores ao chegarem nas novas terras; e Alto Alegre, que, conta-se, surgiu quando autoridades municipais de Soledade visitaram a comunidade e acharam a festa muito animada, o povo alegre e o lugar bonito, localizado em um terreno muito alto. Além desses, temos topônimos que remetem a práticas culturais da comunidade, como o município de Carlos Gomes, que teve esse nome escolhido, pois, na época de sua emancipação, existia uma banda musical muito conhecida pela comunidade que costumava tocar músicas do compositor Carlos Gomes, configurando uma memória coletiva imaterial para a população. Outros, ainda, referenciam processos de ocupação do território e os vestígios materiais que estes deixaram. São os casos de: Estação, remetendo à estação ferroviária de Erechim; Engenho Velho, homenagem à antiga serraria da localidade, chamada popularmente de engenho, que fora desativada devido à escassez de madeira; e Ponte Preta, que alude à grande ponte de madeira construída pelos moradores para ligar a comunidade a outras localidades.

4.6. Distribuição espacial e temporal dos topônimos

A Figura 4 apresenta a distribuição espacial das categorias dos topônimos. É interessante perceber que, ao longo do rio Uruguai, que divide Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os topônimos presentes são de caráter natural, indígena e político, enquanto os de caráter religioso e cultural/econômico concentram-se no interior do recorte.

Há toponímias de todas as classes em praticamente cada uma das seis sub-regiões (COREDES). As exceções são topônimos religiosos no Médio Alto Uruguai, culturais/econômicos no Nordeste, e indígena no Rio da Várzea. Nas regiões do Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea, predominam topônimos naturais; nos COREDES Norte, Produção e Alto da Serra do Botucará, predominam os de base política; já na porção Nordeste há predominância de topônimos indígenas, seguidos de perto pelos políticos e religiosos. Como pode-se perceber, existem algumas tendências, mas, apesar dos predomínios, não é possível estabelecer uma correlação direta entre tipo de toponímia e sub-regiões.

Ao investigarmos um padrão temporal das toponímias (Figura 5)⁷, podemos notar alguns indícios interessantes. Entre os quatro municípios da região que existiam no século XIX, há predominância de toponímias de elementos naturais (3), além de uma religiosa. Na primeira metade do século XX, começam a surgir toponímias indígenas (3) e políticas (2). No caso dessas toponímias políticas, é interessante ressaltar que temos os municípios de Getúlio Vargas (governador do Rio Grande do Sul e presidente brasileiro) e Marcelino Ramos (engenheiro carioca responsável pela construção das estradas de ferro da região), coincidindo com a época de disseminação dos ideais positivistas.

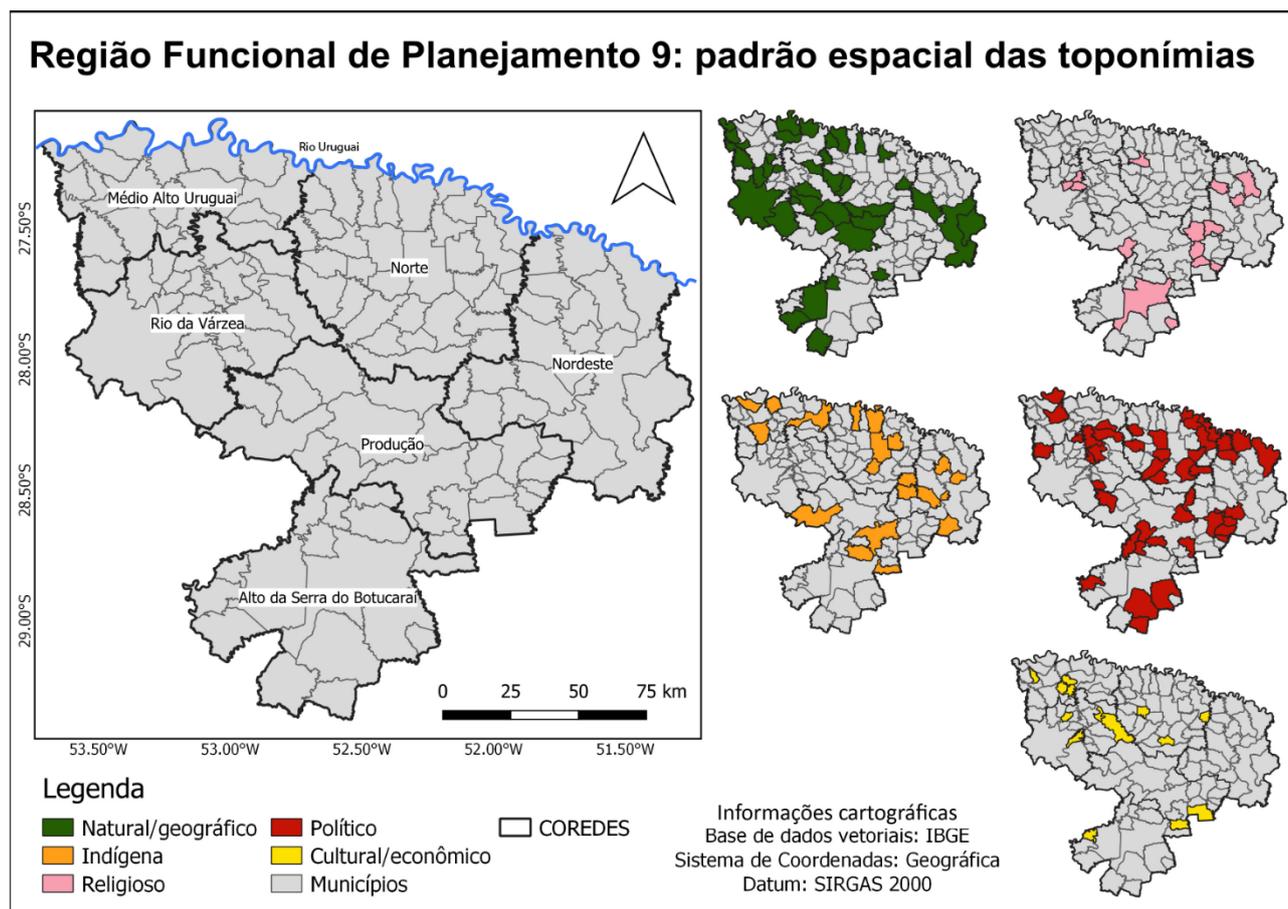


Figura 4 – Distribuição espacial dos topônimos
Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁷ As datas para a produção cartográfica referem-se à fundação/emancipação oficial do município, não à época de sua colonização e/ou quando constituíram-se como vilas/distritos. Além disso, os mapas utilizam os atuais limites dos municípios.

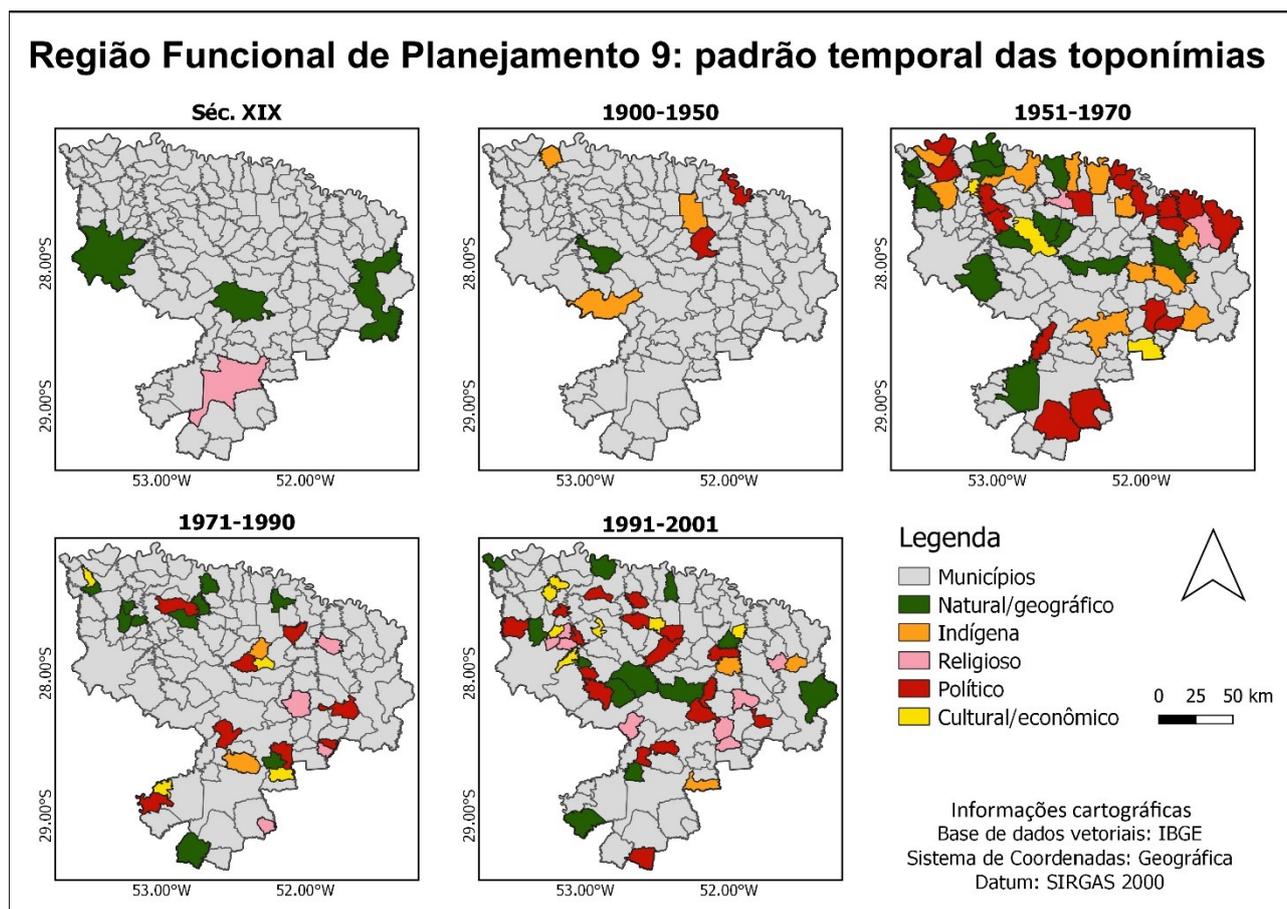


Figura 5 – Padrão temporal

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na faixa temporal das décadas de 1950 e 1970, começam a emancipar-se os primeiros municípios com toponímias culturais/econômicas e também a retomada de toponímias religiosas. O que mais se destaca, porém, é o grande aparecimento de toponímias políticas, naturais e indígenas. Nas décadas seguintes (1970 e 1980), percebemos influência religiosa nos novos municípios criados e a progressiva diminuição de novos municípios com toponímias indígenas, resultado de processos ideológicos de apagamento da história indígena, ou a própria escassez de municípios que tiveram essa base, já que muitas já haviam se emancipado anteriormente. Também é notório o crescimento de toponímias religiosas e culturais entre os últimos municípios a se emancipar na região (a partir de 1991), bem como o crescimento de toponímias naturais em relação às décadas anteriores. Percebemos que enquanto algumas categorias sofrem variações entre os diferentes períodos temporais, na segunda metade do século XX existe uma constante de emancipação de municípios com topônimos naturais, demonstrando a grande expressividade dessa categoria na região analisada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das toponímias dos municípios do norte do Rio Grande do Sul se apresentou como uma forma interessante de apreender importantes elementos da espacialidade da região, mas também de contribuir para o avanço da ainda incipiente discussão da toponímia na Geografia brasileira. A classificação dos topônimos demonstrou uma diversidade de tipos de nomes dados aos municípios da região, mas com predominância de toponímias relacionadas a questões políticas e características naturais/geográficas. Esta maior incidência pode estar relacionada com características históricas, espaciais, políticas, culturais e naturais da região, mas também podem configurar uma tendência no Rio Grande do Sul, na Região Sul ou mesmo no Brasil – hipótese que somente poderia ser confirmada com outros estudos de toponímia extensiva, os quais encorajamos. Além disso, a classificação toponímica (e suas subcategorias) que propomos também poderia ser utilizada em outros estudos – em diferentes regiões/territórios e em diferentes escalas, inclusive considerando estudos urbanos (nomes de ruas, praças, etc.) e rurais (linhas, propriedades, etc.).

Apesar de ser um estudo de toponímia extensiva, procuramos fazer uma discussão qualitativa dos topônimos, o que vemos como fundamental para promover estudos críticos nesta área. No entanto, a limitação de páginas e a natureza da pesquisa não nos permitiu nos aprofundarmos nos casos de cada um dos municípios, que merecem estudos específicos, de toponímia intensiva, já que podem revelar importantes questões relacionadas à tríade espacialidade-historicalidade-socialidade proposta por Soja (1996), contribuindo também com discussões que privilegiam questões simbólicas, culturais e políticas acerca do espaço.

Finalmente, em estudos de toponímia, reafirmamos a importância da utilização do geoprocessamento e das técnicas cartográficas para tratar os dados e para apresentá-los. A partir destes, podemos visualizar melhor a existência (ou não) de padrões espaciais e históricos, como demonstramos na região de estudo. Foi possível demonstrar que os tipos de topônimos estão distribuídos espacialmente de maneira bem distribuída na região, mas que em alguns recortes específicos, como as margens do Rio Uruguai, é possível encontrar características específicas. O mesmo ocorre com a distribuição temporal das toponímias: em determinados períodos é possível identificar o predomínio de determinados tipos de topônimos, o que está relacionado aos contextos histórico, geográfico e social da região.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul pelo apoio recebido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, v. 14, 1998, p. 77-97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da Estrada Real**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011a.

_____. Geografia cultural: um balanço. **Revista Geografia**. Londrina, v. 20, n. 3, p. 5-24, set./dez. 2011b.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.): **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DICK, Maria V. P. do Amaral. **A motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, vol. 3, n. 5, p. 141-155, set. 2007.

DIEDRICH, Melissa Heberle; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 42, v. 1, p. 98-117, jan./jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, v. 3, t. 1, 2007, p. 273-304.

KUJAWA, Henrique; TEDESCO, João Carlos. Demarcações de terras indígenas no Norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais. **Tempos Históricos**, vol. 18, n. 2, p. 67-88, jul-dez. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIGHT, Duncan; YOUNG, Craig. Toponymy as Commodity: exploring the economic dimensions of urban place names. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 19, n. 3, p. 435-450, maio 2015.

LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David J.; RHIND, David W. **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MAFFESOLI, Michel. **Notas Sobre a Pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MARCUZ, Ligia Manara Miletto. **Topônimos do Noroeste do Rio Grande do Sul – uma relação simbólica entre homem e lugar**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de, SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 58, n. 2, p. 193-200, ago. 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROSE-REDWOOD, Reuben; ALDERMAN, Derek. Critical interventions in political toponymy. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2011.

SHIELDS, Rob. **Lefebvre, Love and Struggle: spatial dialectics**. London: Routledge, 1999.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **O positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

TENT, Jen. Approaches to Research in Toponymy. **Names**, v. 63, n. 2, p. 65–74, jun. 2015.

VUOLTEENAHO, Jani; BERG, Lawrence D. Towards Critical Toponymies. In: BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHO, Jani. **Critical Toponymies: the constested politics of place naming**. New York: Routledge, 2016.

Recebido: 24/09/2021

Aceito: 03/03/2022